



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Administrativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

**Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Discursiva - Redação
Cargo ou opção S01 - ANALISTA ADMINISTRATIVO
Tipo gabarito 1**

001 - E	011 - D	021 - B	031 - C	041 - B
002 - A	012 - E	022 - C	032 - E	042 - D
003 - B	013 - E	023 - E	033 - A	043 - C
004 - C	014 - D	024 - D	034 - D	044 - A
005 - D	015 - A	025 - D	035 - E	045 - E
006 - B	016 - B	026 - B	036 - D	046 - B
007 - E	017 - C	027 - A	037 - A	047 - B
008 - D	018 - B	028 - C	038 - E	048 - C
009 - A	019 - A	029 - E	039 - D	049 - C
010 - C	020 - C	030 - A	040 - B	050 - A



CONHECIMENTOS GERAIS

Via @carla_gabola

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo, do escritor e crítico profissional de literatura e teatro Décio de Almeida Prado.

Vocação de escritor

Os escritores, como os oficiais das forças armadas, são promovidos, seja por merecimento, seja por antiguidade. Alguns impõem-se ao público e aos seus pares em poucos golpes de audácia e talento. São os escritores natos, de vocação imperiosa e irresistível. Outros – e talvez seja este o meu caso – crescem na estima da classe intelectual graças à continuidade de um trabalho de muitos e muitos anos. Escrevem por força do ofício, mas é possível que preferissem permanecer como leitores inveterados.

Quando vejo e revejo a minha vida, que já vai longa, passam-me pela memória várias imagens, as mais antigas às vezes, mais nítidas que as recentes. Verifico então, não sem surpresa, que fiz muitas coisas com as quais não contava e deixei de fazer outras tantas que planejara, é verdade que no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade.

Na minha meninice, sonhei muito em ser poeta. Depois, já na adolescência, na hora difícil de optar por uma profissão, desejei ser médico, como meu pai, casando, de certo modo, clínica e literatura. Já no fim dos estudos superiores, na falta de melhor, tentei ser professor de filosofia, matéria que, apesar de não ter “a cabeça metafísica”, ensinei por bastante tempo em colégios estaduais, sem qualquer proveito para Aristóteles e Kant, mas com imenso prazer pessoal e alguma aquiescência dos alunos. Não podia imaginar que, levado, certa vez, a escrever uma crítica de teatro, estava definindo, para sempre, o meu futuro. Confesso que tenho orgulho em haver contribuído, na medida das minhas forças, para que o teatro saísse da posição humilhante de primo pobre que ocupava entre as artes literárias brasileiras.

(Adaptado de: PRADO, Décio de Almeida. **Seres, coisas, lugares**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 181-182)

1. No primeiro parágrafo, ao falar sobre escritores, o autor considera a distinção que há entre aqueles que
 - (A) perseveraram sem sucesso em seu ofício e os que se impõem ao seu público valendo-se da generosidade deste.
 - (B) triunfam pela audácia, mesmo quando sem talento, e os que atingem sucesso relativo na continuidade teimosa de seu trabalho.
 - (C) fazem sucesso em meio aos seus pares e os que, por obra do talento maior, conquistam logo o acolhimento de um grande público.
 - (D) são reconhecidos por força de qualidades inatas e os que, como é o seu caso, se impõem pela força de um irresistível talento.
 - (E) impõem a todos, audaciosamente, seu talento natural e os que se afirmam entre seus pares porque perseveraram em seu ofício.

2. No segmento *no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade*, no contexto do 2º parágrafo, fica estabelecida uma oposição entre
 - (A) a exterioridade dos desejos aparentes e a consistência das motivações mais pessoais.
 - (B) a fragilidade dos desejos mais pessoais e os impulsos que nos chamam da vida exterior.
 - (C) a ilusão dos desejos dados como profundos e a força do que o destino já planejou para cada um.
 - (D) os bloqueios da nossa personalidade profunda e a forma pela qual os desejos se mostram superficiais.
 - (E) a força imperiosa dos desejos manifestos e o pouco controle que sobre eles tem a personalidade oculta.

3. No terceiro parágrafo, confessa o autor que sua atividade como crítico de teatro
 - (A) deveu-se sobretudo à força insuspeita de uma vocação autêntica que ele sempre reprimira.
 - (B) manifestou-se por uma circunstância fortuita, mas acabou por se estabelecer de modo definitivo.
 - (C) acabou por substituir sua vocação real, que ele exercitou temporariamente no magistério.
 - (D) foi motivada principalmente pela situação humilhante em que se encontrava o teatro nacional.
 - (E) nasceu por iniciativa de terceiros, que o convocaram para sanar os equívocos do teatro brasileiro.



4. É clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Desde sua meninice confiava o autor de que seria um poeta, se bem que depois o pai o inspirara a ser médico, quando ele talvez se dispusesse a unir as vocações.
 - (B) Ensinando filosofia, a despeito de não tirar proveito de Kant e Aristóteles, cujas obras ensinava, nem por isso excluiu-se no autor o prazer com que lhes aquiescia.
 - (C) Sem falsa modéstia, o autor não hesita em reconhecer que contribuiu para a tarefa de situar com maior dignidade o teatro brasileiro em nosso cenário cultural.
 - (D) Lembra-nos o texto que muitas vezes a gente é levado para realizarmos desejos ocultos, sem ignorar que os realiza, em vez daqueles que nos parecem claros.
 - (E) Os intelectuais detêm uma forma de reconhecer a vocação cultural alheia cujos critérios são bastante diversos dos que lhes promove o público em geral.
-
5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado em:
- (A) Não (**faltar**) ao autor, a despeito de suas vocações aparentes, bastante ânimo para reerguer o prestígio do teatro nacional.
 - (B) Quando a alguém não (**ocorrer**) atender seus impulsos primeiros, é possível que venha a atender sua vocação essencial.
 - (C) Diante das condições que (**atravessar**), naqueles anos, o teatro nacional, não hesitou o autor em buscar redimi-lo.
 - (D) Seria preciso que o (**recomendar**) amigos para a função de crítico teatral para que o autor efetivamente se consagrasse nesse trabalho.
 - (E) Aos alunos de colégio (**brindar**) o professor com suas aulas sobre Kant e Aristóteles, de modo modesto, segundo ele mesmo confessa.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Conversa sobre o liberalismo

O liberalismo promoveu uma ideia curiosa: para fazer a felicidade de todos (ou, ao menos, da maioria), não seria necessário decidir qual é o bem comum e, logo, impor aos cidadãos que se esforçassem para realizá-lo. Seria suficiente que cada um se preocupasse com seus interesses e seu bem-estar. Essa atitude espontânea garantiria o melhor mundo possível para todos. Afinal, nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva, pois isso comprometeria o bem-estar dos outros e produziria conflitos que reverteriam contra o suposto malandro.

Ora, o liberalismo, aparentemente, pegou pra valer. Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém. O caso seguinte ilustra o que digo.

Converso com o moço que dirige o táxi. Falamos de perspectivas políticas. Ele está indignado com a corrupção das altas e das baixas esferas da política, convencido de que, não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas. Concordo, mas aponto que, mesmo calculando generosamente, o dinheiro que some na corrupção não seria suficiente para mudar o Brasil. Sem dúvida, deve ser bem inferior ao dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa da sonegação banal: rendas não declaradas, notas fiscais que só aparecem sob pedido e por aí vai. Pergunto-lhe então quanto ele paga de Imposto de Renda. Ganho a famosa resposta: "Não adianta pagar, porque nada volta para a gente." Alego que não adianta esperar que algo volte se a gente não paga.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 252-253)

6. Em relação ao que se costuma entender por liberalismo, o autor acredita que
- (A) o objetivo de uma realização coletiva só é alcançado quando já se garantiu plenamente o direito de uma realização pessoal.
 - (B) é equivocada a ideia de que a busca espontânea de satisfazer os interesses individuais redunde em benefício para todos.
 - (C) essa corrente de pensamento não obteve êxito por não convencer as pessoas de que o interesse privado é também um ideal público.
 - (D) os adeptos dessa tendência filosófica moderna interessam-se em promover uma tarefa de caráter social que a política não toma para si.
 - (E) somente pela imposição dessas novas ideias liberais a cada cidadão é que as políticas coletivistas podem obter algum sucesso.



7. Na conversa que manteve com o motorista do táxi, o autor firmou uma posição pessoal, representada no segmento
- (A) *nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva* (1º parágrafo).
 - (B) *isso comprometeria o bem-estar dos outros* (1º parágrafo).
 - (C) *Falamos de perspectivas políticas* (3º parágrafo).
 - (D) *não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas* (3º parágrafo).
 - (E) *não adianta esperar que algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo).
-
8. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *promoveu uma ideia curiosa* (1º parágrafo) = dispersou um pressuposto bizarro.
 - (B) *perseguir seu interesse particular* (1º parágrafo) = ir de encontro ao motivo pessoal.
 - (C) *indignado com a corrupção* (3º parágrafo) = infenso às falcatruas.
 - (D) *Alego que não adianta esperar* (3º parágrafo) = Argumento que é inócuo aguardar.
 - (E) *algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo) = retorne o que não se ressarciu.
-
9. *Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém.*
- A frase acima ganha uma nova, coerente e correta redação no seguinte caso: **Não paro de encontrar pessoas**
- (A) certas de que, preservando apenas o que lhes interessa, elas, pelo menos, não trazem prejuízo a ninguém.
 - (B) inteiradas de que ao tratar só dos seus interesses, não se esperem delas nem mesmo que possam prejudicar alguém.
 - (C) convictas quanto ao fato de que, por cuidarem delas exclusivamente, não impliquem no mal de quaisquer outros.
 - (D) em cujas certezas está que, pelo fato de preservar seus próprios interesses, não acarretam de qualquer malefício a outrem.
 - (E) presumidas da certeza segundo a qual nenhum mal efeito é proporcionado por quem se restringe às suas próprias necessidades.
-
10. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) Costuma ocorrer com frequência, conforme a argumentação do autor do texto, distorções graves quanto ao que se entende por liberalismo.
 - (B) Não é dado a ninguém presumir que seus interesses pessoais, em todos os casos, haja de coincidir com os de seus semelhantes.
 - (C) Por que razão esperar que sejamos aquinhoados de um conjunto de benefícios que nada fizemos por merecer?
 - (D) Os impostos de renda dos sonegadores não poderão reverter em investimentos capazes de gerar benefícios públicos.
 - (E) O motorista de táxi acabou por fornecer ao autor argumentos que o deixou convencido da justeza de sua teoria sobre os liberais de ocasião.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Uma loja fez uma promoção e reduziu o preço do pneu em R\$ 30,00 a partir de primeiro de março. Três meses depois, a promoção terminou, e o preço do pneu foi reajustado em 15%, de modo que o novo preço ficou R\$ 0,30 maior do que o preço pelo qual o pneu era vendido antes da promoção. Supondo que não tenha havido outras alterações de preço no período, a soma dos algarismos que compunham, em reais, o preço do pneu antes da promoção é
- (A) 6.
 - (B) 10.
 - (C) 8.
 - (D) 7.
 - (E) 9.



12. As inscrições para um concurso ficaram abertas durante 31 dias. No total, inscreveram-se 1370 pessoas. Nessas condições,
- (A) pelo menos metade das inscrições concentraram-se em 15 dos 31 dias do período de inscrições.
 - (B) houve, pelo menos, uma inscrição em cada dia do período de inscrições.
 - (C) em nenhum dos dias do período de inscrições inscreveram-se mais do que 50 pessoas.
 - (D) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, no máximo, 40 pessoas.
 - (E) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, ao menos, 45 pessoas.
-
13. Um grupo de 17 amigos se reuniu para assistirem, juntos, um jogo na televisão e fizeram um levantamento entre eles sobre que comidas e bebidas deveriam comprar para o programa. Ao final do levantamento, contabilizaram-se, ao todo, 8 votos para refrigerante, 12 votos para sorvete e 8 votos para pizza. Sabe-se, também, que 3 dos amigos votaram para refrigerante e pizza, 5 votaram para refrigerante e sorvete, e 5 votaram para pizza e sorvete. O número de pessoas que votou para refrigerante, pizza e sorvete foi
- (A) 5.
 - (B) 1.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 2.
-
14. Em um restaurante, para compor um prato, um cliente deve selecionar quatro ingredientes, sendo que, necessariamente, pelo menos, um deles deve ser um legume e, pelo menos, um deles deve ser uma carne. Há três opções de legumes e quatro opções de carnes. O número de combinações possíveis de pratos é
- (A) 7.
 - (B) 12.
 - (C) 64.
 - (D) 34.
 - (E) 14.
-

História do Amapá

15. As principais conquistas portuguesas obtidas pelo Tratado de Utrecht (1713) em relação às pretensões francesas na Amazônia foram:
- (A) o reconhecimento do Rio Oiapoque como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas e a posse das duas margens na Foz do Rio Amazonas.
 - (B) a cessão de Caiena para o livre comércio empreendido por súditos portugueses e a posse da Fortaleza da Ilha do Diabo.
 - (C) a posse da margem sul do Rio Amazonas e a devolução de São Luís, antiga França Equinocial, aos portugueses.
 - (D) o domínio da Ilha do Marajó e o direito à navegação do Rio Amazonas, controlado pelos jesuítas franceses.
 - (E) a definição do Rio Caciaporé como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas, e a conquista de Belém aos franceses.
-
16. Durante a Cabanagem, guerra civil que marcou o território do Grão Pará em meados do século XIX, o atual território do Amapá serviu como
- (A) palco das principais batalhas após o envio de embarcações pelo governo imperial e pela França, que foram atacadas por populares a partir da tomada da Fortaleza de São José.
 - (B) local de concentração de forças legalistas, principalmente em Macapá e Mazagão, amparadas pelas elites locais e contrárias aos cabanos.
 - (C) marco divisor na história do movimento, uma vez que foi em Macapá que ocorreu o assassinato do principal líder cabano, Antonio Vinagre, dando início ao genocídio que marcou a repressão aos revoltosos.
 - (D) campo de resistência contra as forças portuguesas, uma vez que lideranças cabanas assumiram o controle de Belém e Macapá por dois anos, onde montaram suas bases.
 - (E) cenário de combates intensos entre os cabanos e os legalistas, que, em minoria, foram obrigados a se refugiarem no interior do Amapá até o desfecho da guerra.
-

17. Considere o texto abaixo.

Com o aprofundamento da guerra, Vargas teve que escolher o lado norte-americano, uma vez cortadas as relações marítimas com a Europa. Conquistou mais ganhos materiais que nenhum outro país do continente, como armamentos e treinamento de uma tropa para lutar na Europa, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), e dinheiro para instalação da primeira grande siderúrgica latino-americana, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda. Em troca, forneceu matérias-primas e produtos estratégicos, como a borracha, e cedeu 16 bases em território nacional para ocupação de soldados e oficiais dos Estados Unidos, como a Base Aérea do Amapá. Com a construção dessa Base, antes mesmo do Amapá se tornar território, o governo central demonstrou na prática a importância das terras amapaenses para o Brasil e para o mundo em guerra. Por conta da expansão alemã pela Europa e a África, o litoral norte do Brasil se tornou estrategicamente crucial, para concentrar as forças armadas que pudessem combater os nazistas nessa altura do Oceano Atlântico.

(Adaptado de: CAVLAK, Iuri e GRANJER, Stéphane. **Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra Mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa** Revista Fronteiras & Debates, Macapá, v. 1, núm. 1, 2014, pp. 69-70)

Segundo o trecho acima,

- (A) a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional no Território do Amapá representou um ganho para o continente, uma vez que as relações com a Europa estavam prejudicadas devido à guerra.
- (B) a invasão nazista das terras amapaenses foi um fator decisivo para Getúlio Vargas aderir ao lado norte-americano, adotar estratégias militares e, naquele contexto, criar o Território do Amapá.
- (C) a construção da Base Aérea do Amapá está relacionada às negociações entre Brasil e Estados Unidos, bem como à localização estratégica que favorecia os objetivos dos aliados.
- (D) o Amapá e os outros estados da atual região Norte do Brasil foram escolhidos pelos EUA para a instalação das 16 bases militares que tinham a função de combater o avanço nazista pelo oceano Atlântico.
- (E) a decisão do governo de criar o Território Federal do Amapá ocorreu para viabilizar a instalação de uma base militar pelos EUA, de modo que as forças armadas combatessem melhor o avanço nazista durante a guerra.

Geografia do Amapá

18. São características demográficas do estado do Amapá:

- (A) Até o ano 2000, não contava com pessoas com 100 anos ou mais de vida, enquanto que em 2010 foram contabilizadas mais de 150 pessoas nessa faixa etária.
- (B) A população passa por um processo de envelhecimento, tal qual o Brasil, embora a taxa de fecundidade permaneça como uma das mais altas do país.
- (C) Com uma das menores taxas de mortalidade infantil da região Norte, o estado tem aumentado seu IDH, que chegou a 0,708 em 2010.
- (D) O censo de 2010 mostrou que, embora nasçam mais mulheres que homens, a partir dos 60 anos, há equilíbrio no número de homens e mulheres no estado.
- (E) A faixa etária de 0 a 4 anos predominava em 2000, enquanto que em 2010 a maior parte era composta de pessoas entre 15 e 19 anos.

19. Criado em 22 de agosto de 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) apresenta, dentre outras, as seguintes características:

- (A) Ter uma pequena parte de suas terras no estado do Pará; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio da Floresta Ombrófila.
- (B) Ser uma unidade de conservação fronteiriça; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Floresta Aluvial Aciculifoliada.
- (C) Abranger 6 municípios do estado; localizar-se no Escudo Brasileiro; e o predomínio de Floresta Decídua.
- (D) Fazer fronteira com um país; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Florestas de Galeria.
- (E) Estar localizado integralmente em terras amapaenses; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio de Florestas de Galeria.

20. Considere as afirmações abaixo sobre aspectos econômicos do estado do Amapá.

- I. Os principais setores industriais do estado são: Madeira/Mobiliário e Minerais não metálicos.
- II. Em 2013, as atividades agropecuárias e industriais, somadas, corresponderam a 55% do PIB do estado.
- III. Em 2012, o maior PIB *per capita* foi registrado no município de Mazagão, enquanto que o menor foi registrado no município de Amapari.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Uma das primeiras situações que a Secretaria de Administração de um Estado necessita para elaborar seu novo Planejamento Estratégico é identificar sua cultura organizacional dominante para estabelecer sinergia entre seus servidores e as novas metas da instituição. Sendo assim, identificou-se que tal órgão público possui uma “cultura da consistência”, cuja principal característica é a de possuir foco estratégico no ambiente
- (A) externo e estabilidade no ambiente externo.
 - (B) interno e estabilidade no ambiente externo.
 - (C) interno e flexibilidade no ambiente externo.
 - (D) externo e flexibilidade no ambiente interno.
 - (E) operacional e flexibilidade no ambiente interno.
-
22. Em uma situação hipotética, a Secretaria de Administração de um Estado possui, atualmente, uma estrutura organizacional funcional. Em virtude de recentes metas de qualidade, o Secretário optou por um projeto estrutural baseado em equipes. Com essa decisão, pretende-se obter como principais vantagens:
- (A) Possibilidade de envolver especialistas de todas as Secretarias do Estado, com alta flexibilidade e forte redução no custo fixo.
 - (B) Uso eficiente de recursos, economia de escala e especialização e desenvolvimento de habilidades em profundidade.
 - (C) Redução das barreiras entre departamentos da Secretaria, resultando em decisões mais rápidas e melhor envolvimento dos funcionários.
 - (D) Cooperação interdisciplinar com especialização disponível para todas as divisões da Secretaria e redução de conflito entre as linhas de autoridade divisional e funcional.
 - (E) Coordenação mais eficaz por meio dos departamentos multifuncionais agrupados de acordo com cada produto ou serviço prestado pela Secretaria a um determinado grupo de clientes.
-
23. Um Planejamento Estratégico da Secretaria de Administração de um Estado, no que tange aos controles táticos, deve apresentar os seguintes tipos de controles:
- (A) Indicadores de desempenho de curto prazo direcionados a ações corretivas individuais.
 - (B) Indicadores de desempenho e produtividade individual e grupal.
 - (C) Balanço contábil da Secretaria com previsões do número de atendimentos encerrados ao cidadão e sua translação em termos de despesas a serem incorridas.
 - (D) Demonstrativos de lucros e perdas da Secretaria por meio de comparativos entre o orçado e o realizado, com o estabelecimento de métricas para correção das distorções.
 - (E) Resultados por departamento e unidades departamentais como centros de lucro.
-
24. A motivação no local de trabalho, com base na Teoria da Expectativa, envolve a relação entre desejo e esforço, sendo que o desejo somente ocorre quando há alta interação entre as variáveis determinantes de
- (A) autonomia e resistência.
 - (B) necessidades básicas e segurança.
 - (C) autorrealização e estima.
 - (D) valência e instrumentalidade.
 - (E) aptidão e domínio.
-
25. Quando se trata de um departamento que presta determinado serviço a um grupo de clientes internos, cujo processo está organizado por “fluxo”, o principal desafio administrativo reside em
- (A) manutenção e planejamento de capacidade.
 - (B) desenvolver novos líderes.
 - (C) equilibrar a utilização e a programação de clientes.
 - (D) ajustar a equipe às flutuações de demanda.
 - (E) lidar com a perecibilidade do serviço.

26. O quadro abaixo apresenta cinco dimensões baseadas em uma abordagem contemporânea para o desenho de cargos e seus principais objetivos.

Coluna	Dimensões	Coluna	Principais objetivos
I	Variedade de Habilidades	1	Aumentar a percepção do ocupante do cargo com relação ao seu papel dentro da organização
II	Identidade com as tarefas	2	Elevar o senso de responsabilidade experimentada do ocupante do cargo
III	Significado das tarefas	3	Eliminar a monotonia do trabalho
IV	Autonomia	4	Eliminar a alienação do ocupante do cargo
V	Retroação	5	Aumentar os níveis de autocontrole e autodireção da própria pessoa

A correlação correta entre as colunas está descrita em

- (A) I-4; II-3; III-2; IV-5; V-1.
 (B) I-3; II-4; III-1; IV-2; V-5.
 (C) I-5; II-1; III-4; IV-2; V-3.
 (D) I-2; II-3; III-5; IV-1; V-4.
 (E) I-4; II-5; III-3; IV-2; V-1.
-
27. A alta administração precisa demonstrar liderança ao promover programas de melhoria da qualidade na prestação de serviços. Sabendo disso, o Secretário de um órgão público decidiu estar à frente da implementação do programa conhecido como "Seis Sigma", o qual pode ser definido como
- (A) metodologia rigorosa e disciplinada para melhorar o desempenho operacional de uma organização ao eliminar defeitos do processo.
 (B) prática de comparar o desempenho de uma organização com o de outras conhecidas por serem as melhores em seus setores.
 (C) programa internacional que certifica organizações por possuírem um sistema de gerenciamento da qualidade, para garantir resultados consistentes em termos de qualidade.
 (D) processo de melhoria contínua que envolve seis etapas: planejamento; alocação; execução; verificação, controle; e ação.
 (E) programa que utiliza o método de representações gráficas em formato de "espinha de peixe" para descobrir a origem de um problema na qualidade do serviço.
-
28. O departamento de Recursos Humanos de um determinado órgão público necessita elaborar um sistema de remuneração que envolve algumas características básicas que o conjunto de recompensas extrínsecas deve incorporar. No que tange à característica "flexibilidade", o tipo de recompensa MENOS apropriado refere-se a:
- (A) Certificados e medalhas.
 (B) Prêmios especiais.
 (C) Promoção.
 (D) Benefícios extras.
 (E) Símbolo de *status*.
-
29. O Superintendente de um departamento considerou não possuir um estilo de liderança que pudesse lidar com a iminência de uma crise, sem precedentes, entre os seus principais servidores. Diante dessa situação, a competência exigida é a de um estilo de liderança
- (A) conselheiro.
 (B) confiável.
 (C) agregador.
 (D) democrático.
 (E) coercitivo.
-
30. O conceito de Eficácia Organizacional está relacionado a enxergar as organizações como sistemas abertos, em que sobrevivem as organizações que forem capazes de manter a
- (A) negentropia.
 (B) entropia.
 (C) simbiose.
 (D) resiliência.
 (E) permeabilidade.



31. Um servidor pergunta ao seu supervisor acerca de um rumor que ouvira, entre os demais servidores, a respeito de o departamento ser transferido de um prédio no centro para uma instalação terceirizada no subúrbio da cidade, a mais de 10 quilômetros de distância da localização atual. O supervisor sabe que o rumor é verdadeiro, mas prefere não confirmar essa informação com receio que isso pudesse interferir no clima do departamento. Ele apenas comentou que desconhecia tal situação. Desse modo, o supervisor empregou uma barreira à comunicação denominada
- (A) sobrecarga de informações.
 - (B) percepção seletiva.
 - (C) filtragem.
 - (D) emoções.
 - (E) linguagem intrincada.
-
32. As fases iniciais do Planejamento Estratégico sugerem que se aplique uma ferramenta analítica denominada SWOT. Há uma gama de variáveis ambientais disponíveis para serem levadas em consideração ao aplicar essa ferramenta. Posto isso, refere-se a variável de ambiente interno:
- (A) Estrutura educacional do Estado.
 - (B) Taxa de crescimento da população do Estado.
 - (C) Nível de emprego por cidade.
 - (D) Legislação federal sobre proteção ambiental.
 - (E) Reputação como uma instituição com responsabilidade social.
-
33. Durante uma reunião na Secretaria de Administração de um Estado, o Secretário tomou uma importante decisão acerca de metas orçamentárias do Planejamento Estratégico, com foco no longo prazo e com uma solução criativa e intuitiva, pois a decisão considerou ampla perspectiva e estudou diversas alternativas. Diante desse contexto, o Secretário caracteriza-se por um estilo de tomada de decisão denominado
- (A) conceitual.
 - (B) analítico.
 - (C) diretivo.
 - (D) comportamental.
 - (E) eloquente.
-
34. A motivação no ambiente corporativo vem sendo estudada sob dois diferentes aspectos, redundando nas teorias de conteúdo, que buscam identificar quais fatores geram motivação, e nas teorias de processo, que objetivam explicar como a motivação ocorre. Exemplo clássico da primeira vertente é a Teoria Bifatorial, desenvolvida por Herzberg, que predica a existência de fatores
- (A) tangíveis, como recompensas e punições, que podem ser facilmente manejados para gerar motivação; e intangíveis, que, embora relevantes para a motivação, não são gerenciáveis.
 - (B) exclusivamente financeiros, que geram a motivação inicial; e fatores existenciais, que são os necessários para a manutenção da motivação.
 - (C) individuais, próprios da personalidade de cada um, de abordagem mais complexa na organização; e fatores coletivos, passíveis de serem induzidos para motivação do grupo.
 - (D) que previnem a insatisfação, denominados fatores de higiene, como salário; e fatores motivacionais propriamente ditos, como autonomia e reconhecimento.
 - (E) primários, ligados a aspectos inconscientes do indivíduo, como desejo de pertencimento; e fatores secundários, como responsabilidade corporativa, que afloram a partir da aplicação de dinâmicas motivacionais.
-
35. Entre as diferentes metodologias consagradas de classificação de matérias, destaca-se a Classificação XYZ, pautada por
- (A) custo de manutenção e reposição, sendo os denominados "y" aqueles que mais oneram a organização com sua estocagem, em função de condições técnicas específicas de armazenagem.
 - (B) perecibilidade dos itens, sendo aqueles classificados como "x" os identificados como perecíveis, ensejando ciclo curto de estocagem, com necessidade de reposição constante.
 - (C) valor relativo do material no conjunto de itens estocados, sendo aqueles denominados "y" os de maior valor agregado e que demandam, portando, maior atenção na estocagem.
 - (D) vida útil dos materiais, sendo os denominados "x" aqueles de natureza permanente, que pertencem ao imobilizado e passíveis de reposição apenas quando amortizados integralmente.
 - (E) grau de importância operacional dos materiais, sendo aqueles classificados como "z" considerados de máxima criticidade, cuja falta enseja sérios riscos à produção, ao patrimônio ou aos integrantes da organização.

36. A Lei de Diretrizes Orçamentárias destina-se, precipuamente, a orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, com a fixação das metas e prioridades da Administração, mas também contempla
- (A) previsão de receitas provenientes de alienação de ativos, incluindo operações de securitização de *royalties*.
 - (B) condições para renúncia de receita de impostos, com limites máximos e medidas de compensação com aumento de receitas ou redução de despesas.
 - (C) autorização para abertura de créditos extraordinários, com estabelecimento de limites e condições para edição do competente decreto do Chefe do Executivo.
 - (D) anexo de riscos fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (E) critérios para flexibilização dos limites de comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal e custeio em geral.
-
37. Suponha que determinada autoridade pública, na condição de gestor de um contrato administrativo, não tenha atuado de forma a acompanhar adequadamente a execução do contrato, o que gerou sucessivos aditamentos e majoração dos valores desembolsados pela Administração, muito embora o objeto tenha sido entregue no prazo avençado. No que concerne aos conceitos e indicadores que devem ser observados por uma atuação administrativa que busca a excelência, a atuação do agente público na situação narrada
- (A) careceu de eficiência, eis que não foi dado o melhor uso aos insumos públicos alocados, não obstante a observância do cronograma.
 - (B) mostrou-se eficiente, pelo cumprimento do cronograma, embora não eficaz em razão dos custos incorridos.
 - (C) embora efetiva, mostrou-se deficiente no aspecto concernente à *accountability*, conceito este relacionado com a melhor alocação orçamentária.
 - (D) frustrou a governabilidade, que corresponde à medida final de uma gestão atenta à economicidade.
 - (E) mostrou-se não efetiva, não obstante eficiente, na medida em que importará o comprometimento inadequado de recursos orçamentários.
-
38. Suponha que determinada organização pública tenha aplicado a seus servidores uma avaliação de desempenho, com o apoio de uma consultoria especializada. Não obstante o acompanhamento técnico, ao final a avaliação apresentou-se distorcida, tendo em vista a ocorrência do denominado "efeito halo". Isso significa que os avaliadores
- (A) deixaram que conceitos preestabelecidos comprometessem os resultados das avaliações, que se mostraram excessivamente subjetivas.
 - (B) ativeram-se apenas a resultados recentes dos avaliados, deixando de considerar período razoável para fins de avaliação.
 - (C) aplicaram critérios excessivamente rigorosos de avaliação, sem atentar para as peculiaridades do grupo avaliado.
 - (D) não quiseram se indispor com a equipe avaliada, de forma que os resultados apresentados foram todos medianos.
 - (E) incorreram em generalizações, extrapolando o resultado de um aspecto específico do avaliado para todo o conjunto dos demais tópicos avaliados.
-
39. No que tange aos modelos teóricos de Administração pública, tem-se que o modelo gerencial apresenta, como um de seus traços distintivos em relação ao modelo burocrático,
- (A) especialização da Administração e padronização de procedimentos, aspectos esses ausentes no modelo burocrático.
 - (B) meritocracia, em substituição ao clientelismo e nepotismo próprios do modelo burocrático.
 - (C) verticalização das estruturas, substituindo as estruturas horizontais características da burocracia.
 - (D) controle de resultados, exercido *a posteriori*, e não apenas controles estritamente formais.
 - (E) transferência a entidades do terceiro setor de atividades próprias do núcleo estratégico do Estado, fenômeno denominado desregulamentação.
-
40. Suponha que o Estado, em razão de queda na arrecadação de impostos, necessite obter receitas adicionais para fazer frente ao pagamento de seus servidores, bem como ao déficit do regime previdenciário próprio, além do cumprimento de programa de investimentos prioritários em infraestrutura. Para tanto, procedeu à alienação de diversos imóveis. Considerando o regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os recursos obtidos com a alienação de tais ativos
- (A) somente poderão custear as despesas de pessoal e previdência, que possuem precedência em relação às de capital, devendo os investimentos ser custeados com recursos provenientes de operações de crédito.
 - (B) deverão ser aplicados no programa de investimentos, exclusivamente em despesas de capital, podendo também ser direcionados ao regime de previdência de seus servidores, se assim destinados por lei.
 - (C) não poderão, em hipótese alguma, suprir déficit previdenciário, devendo ser aplicados exclusivamente em despesas com pessoal ativo, admitida destinação a investimentos mediante autorização legislativa específica.
 - (D) deverão ser aplicados, proporcionalmente, em despesas de pessoal, incluindo as previdenciárias, e de capital, vedada a priorização de uma categoria em detrimento de outra.
 - (E) devem ser destinados, prioritariamente, a investimentos, somente podendo ser aplicados em despesas de pessoal e custeio em geral se o Estado tiver aderido a programa de recuperação fiscal junto à União.

**Noções de Direito Administrativo**

41. Uma fundação municipal era responsável pela gestão de um importante museu, cujo acervo compreendia obras nacionais e internacionais. Em razão de curto-circuito no sistema elétrico de alarmes, houve um incêndio no prédio do museu, danificando significativamente boa parte das obras de arte que o guarneciam. Além da reforma das instalações do museu, a administração da fundação pretende identificar e providenciar a restauração das obras de arte que demonstrarem essa possibilidade. Para essa restauração,
- (A) deverá celebrar contratação emergencial, o que afasta a necessidade de procedimento de licitação ou de dispensa do certame.
 - (B) poderá celebrar contratação direta de restaurador de notória especialização, por inexigibilidade de licitação, considerando a natureza singular do serviço.
 - (C) poderá celebrar contrato com dispensa de licitação, considerando que se trata de serviço notoriamente especializado.
 - (D) deverá realizar licitação, incluindo dentre os requisitos de habilitação a demonstração de notória especialização.
 - (E) poderá contratar a reforma das instalações conjuntamente com o restauro das obras de arte, constituindo um mesmo objeto, mediante inexigibilidade de licitação, considerando que a complexidade do trabalho impõe notória especialização.
-
42. Uma empresa municipal prestadora de serviço de saneamento básico
- (A) pode contratar servidores por meio de concurso público para provimento de cargo efetivo, tendo em vista que foi criada para prestação de serviços públicos.
 - (B) depende de lei para ser instituída, instrumento que deverá disciplinar seu escopo de atuação e o regime jurídico a que se submeterá, assim como seus bens.
 - (C) presta serviços públicos por delegação do poder concedente, sendo obrigatório que com este celebre contrato de concessão, no qual será disciplinada a forma de remuneração.
 - (D) deve ter sua criação precedida de autorização legislativa, podendo se remunerar pelos serviços públicos prestados mediante cobrança de tarifa diretamente dos usuários.
 - (E) não se submete a regime jurídico de direito público, porque constituída sob a forma de empresa e, se independente, não fica obrigada ao regime licitatório para celebração de contratos e à realização de concurso público para contratação de pessoal.
-
43. Os atos administrativos, no que se refere à exequibilidade, são
- (A) denominados válidos, quando aptos a produzirem efeitos.
 - (B) válidos quando estão aptos a produzirem efeitos, denominando-se atos perfeitos.
 - (C) denominados consumados, o que obsta o juízo de revisão dos mesmos, quando já tiveram seus efeitos integralmente produzidos.
 - (D) denominados imperfeitos enquanto ainda não são válidos, ainda que eficazes.
 - (E) constitutivos quando se limitam ao reconhecimento dos direitos existentes, o que impede a revogação dos mesmos.
-
44. Considere que um grupo de senhoras pretenda organizar um evento beneficente para arrecadar donativos para os desabrigados das recentes chuvas experimentadas pelo município onde residem. Também pretendem, no mesmo evento, realizar jogos e atrações para incrementar o resultado com alguma contribuição em espécie. Precisam de um espaço para a execução das atividades no decorrer de um dia, parecendo adequado o ginásio municipal de esportes. Para a utilização desse espaço, o grupo de interessadas, representado por uma delas,
- (A) pode pleitear a outorga de ato de permissão de uso, considerando a finalidade de interesse público do evento.
 - (B) deve celebrar contrato de concessão de uso, considerando que bens de uso comum do povo somente podem ser utilizados por particulares mediante instrumentos dessa natureza.
 - (C) deve pleitear a instauração de procedimento de licitação simplificado, para que outros potenciais interessados possam apresentar projeto de utilização do mesmo espaço.
 - (D) pode requerer ao Município a outorga de permissão de uso, em cujo contrato serão disciplinadas as condições de utilização.
 - (E) deve pleitear autorização de uso à Municipalidade, instrumento cuja natureza jurídica é contratual, embora não demande autorização legislativa para sua outorga.
-
45. A desconcentração e descentralização, como formas de organização administrativa, interferem na conclusão acerca da incidência do controle interno e externo porque
- (A) somente os órgãos administrativos, unidades de execução que são criadas quando da utilização do modelo de descentralização, estão sujeitos a controle externo e interno em igualdade de extensão e consequências.
 - (B) o controle exercido pela Administração pública central é mais rigoroso sobre as entidades que integram a Administração pública indireta, em especial no que se refere à possibilidade de anulação de atos e contratos praticados.
 - (C) os Tribunais de Contas exercem controle externo sobre os atos praticados pela Administração pública indireta exclusivamente no que se refere à legalidade, não lhes sendo autorizada análise de economicidade ou de outros parâmetros de aspecto discricionário.
 - (D) o exame realizado pelo Poder Judiciário abrange poderes revisionais, anulatórios e revogatórios para os atos e contratos realizados pelas pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração indireta.
 - (E) o controle interno realizado pela própria Administração inclui a inerente possibilidade de revogação de seus atos, o que não se estende aos entes integrantes da Administração indireta, que ficam sujeitos aos limites do poder de tutela exercido pela Administração central.

**Noções de Direito Constitucional**

46. Dentre as diretrizes fixadas pela Constituição Federal de 1988 quanto à exploração direta da atividade econômica pelo Estado, encontra-se a
- (A) sujeição das empresas públicas que explorem atividade de prestação de serviços ao regime jurídico próprio dos entes públicos, inclusive em matéria laboral e tributária.
 - (B) proibição de as empresas públicas e sociedades de economia mista gozarem de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
 - (C) desnecessidade de observância dos princípios da Administração pública na contratação de obras, serviços, compras e alienações.
 - (D) desnecessidade de fiscalização estatal e social, por se tratar de atividade privada.
 - (E) excepcionalidade dessa exploração direta, que deve ficar restrita às hipóteses em que é necessária aos imperativos da segurança nacional.
-
47. O título I da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e objetivos fundamentais, incluindo, dentre esses, a
- (A) democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
 - (B) garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
 - (C) soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.
 - (D) prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.
 - (E) cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
-
48. A iniciativa popular é uma forma de participação popular e um direito político consistente na possibilidade de
- (A) opinar sobre projetos de lei a serem votados pelo Congresso Nacional em matérias polêmicas, assim consideradas as que obtenham aprovação por quórum qualificado em ambas as casas legislativas.
 - (B) decidir, de forma vinculante, sobre lei já aprovada pelo Congresso Nacional, desde que aprovada por dois terços dos senadores.
 - (C) apresentar, à Câmara dos Deputados, projeto de lei, desde que subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (D) revogar mandato eletivo de parlamentar, federal ou estadual, desde que não tenha havido procedimento relativo a falta por ele praticada na casa legislativa de origem.
 - (E) apresentar, ao Senado Federal, projeto de lei ordinária ou complementar subscrito por, no mínimo, cinco décimos por cento do eleitorado nacional.
-
49. Em uma situação hipotética, Carlos Lúcio, professor titular de Direito Penal de Universidade do Rio de Janeiro, nascido em Madri, Espanha, de tradicional família de juristas lusitanos, com apenas 37 anos de vida já tem 12 livros publicados, além de ter também larga experiência como pregador evangélico em sua terra natal, de onde saiu aos 25 anos de idade. Todavia, ele teve sua indicação ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal rejeitada. Isso ocorreu porque Carlos Lúcio, pelas regras da Constituição Federal de 1988, NÃO
- (A) é juiz nem membro do Ministério Público.
 - (B) tem notável saber jurídico e nem residência em Brasília.
 - (C) é brasileiro nato.
 - (D) observou o princípio do Estado laico.
 - (E) tem a idade mínima para o cargo.
-
50. Sobre o direito de propriedade, na forma prevista na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que
- (A) a perda da propriedade ocorrerá por desapropriação, garantido o direito de indenização, em títulos públicos e ao final do procedimento.
 - (B) a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
 - (C) o direito de autor é transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
 - (D) a propriedade intelectual dos inventos industriais não é perpétua, mas assegurada aos seus autores por um período definido em lei.
 - (E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ulterior indenização, se houver dano.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado. Capítulo 9: 9.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – Conteúdo, 9.4.2 – Estrutura e 9.4.3 – Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Com o incêndio do Museu Nacional não pusemos a perder somente pesquisas e peças antiquíssimas de um valor que não pode ser medido, mas registros fonográficos de povos indígenas cujas línguas já não existem e que constituíam não apenas um documento linguístico, mas compunham o retrato de uma cultura.

II

O regramento social dentro de uma cultura plural e mesmo entre culturas distintas não se pauta apenas em noções abstratas de justiça e igualdade, mas em noções concretas, extraídas da experiência, das necessidades e anseios das pessoas.

Com base no que se afirma em I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

O papel da memória na compreensão de uma sociedade

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30